



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0668/11	DATA: 01/06/2011
INÍCIO: 14h52min	TÉRMINO: 17h28min	DURAÇÃO: 02h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h36min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZA HELENA DE BAIROS – Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial.  
IRINY LOPES – Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema *Propostas para a Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres no Âmbito do II PNE, decênio 2011/2020.*

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Teresa Surita) - Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Especial, destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011/2020 e dá outras providências.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 10ª Reunião, realizada em 31 de maio. Pergunto se há necessidade da leitura da ata referida.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sra. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Teresa Surita) - A pedido do Deputado Izalci, e não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A pauta de hoje prevê o comparecimento das Exmas. Sras. Luiza Helena de Bairros, Ministra-Chefe da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, e Iriny Lopes, Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a esta Comissão Especial, com o objetivo de debaterem o tema *Propostas para a Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres no Âmbito do II PNE, decênio 2011/2020*.

Antes de conceder a palavra às Sras. Ministras, peço a atenção dos Srs. Deputados para os procedimentos a serem observados durante os trabalhos de hoje.

A palavra será concedida às senhoras convidadas durante 40 minutos, podendo o prazo ser prorrogado por mais 20 minutos, por deliberação do plenário, só sendo permitidos apartes durante a prorrogação.

Concluídas as apresentações, será concedida a palavra aos Deputados, observada a ordem de inscrição, para, no prazo de 3 minutos cada um, formularem suas considerações ou pedidos de esclarecimento, dispondo as Sras. Ministras do mesmo tempo para a resposta.

Serão permitidas a réplica e a tréplica pelo prazo de 3 minutos improrrogáveis.



A lista de inscrição para o debate encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio.

É permitida a permuta de inscrição entre os Deputados, mas os que não se encontrarem presentes da hora da chamada perderão a inscrição.

Passo a Presidência da Mesa para o Deputado Angelo Vanhoni, autor de um dos requerimentos para a audiência de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - Como os Srs. Deputados e convidados sabem, o Plano Nacional de Educação, nas estratégias que estamos definindo nesses próximos meses e que deveremos votar até o final deste ano no Congresso Nacional, vai definir as principais metas no que diz respeito ao processo educacional brasileiro, atingindo desde a educação infantil até a formação de jovens de nível superior no País. Entre as estratégias, está a abordagem das diversidades, tanto do ponto de vista programático e de diretrizes curriculares como em ações em programas do Plano Nacional.

Para que possamos precisar, aprofundar, os Deputados requereram a presença da Ministra Iriny Lopes para tecer as considerações que achar pertinentes à proposta do Plano e as sugestões que possam ser apensadas a ele, e também a presença da Ministra Luiza Helena, que trata das questões dos afro-descendentes no País.

Primeiro vou passar a palavra à Ministra Luiza Helena e, posteriormente, à Ministra Iriny Lopes.

**A SRA. MINISTRA LUIZA HELENA DE BAIRROS** - Boa tarde a todas e todos. Quero começar agradecendo aos Parlamentares que compõem esta Comissão Especial que discute a proposta do Plano Nacional de Educação, especialmente por terem entendido a necessidade de abriremos uma audiência pública focada mais especificamente nas questões ligadas às dimensões raciais e de gênero, e de como essas dimensões operam no quadro da educação brasileira.

Fundamentalmente, o que vai ser por mim apresentado aqui se baseia num documento elaborado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial — SEPPIR em conjunto com a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros — CADARA, constituída por educadores e representantes de organizações da sociedade civil no âmbito do



Ministério da Educação. Também teve esse documento a colaboração do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades — CEERT e várias outras contribuições que nos foram espontaneamente encaminhadas por pesquisadores, educadores e educadoras ativistas dos movimentos negros.

Esse documento, portanto, tem início com uma contextualização que tem por objetivo ressaltar a importância que a educação tem tido para a população negra ao longo da história brasileira.

Os historiadores da educação, inclusive, têm estudos específicos registrados desde o século XIX, iniciativas de setores da população negra no sentido da criação de escolas para crianças negras, dentro de um entendimento, já no século XIX, de que as escolas discriminavam as crianças negras que, por conta dessa discriminação, ficavam praticamente impedidas de terem acesso ao conhecimento.

Ao longo do século XX, não foi diferente. Nós temos, ao longo desse período, várias manifestações de organizações, a exemplo da Frente Negra Brasileira, que tinha na educação, naquele momento, um elemento considerado fundamental para modificar as condições de inserção da população negra na sociedade brasileira. Desse período, da primeira metade ou das primeiras 3 décadas do século XX, nós temos amplamente registrada, nos vários jornais produzidos pelas comunidades negras daquele período, essa insistência sobre o que a educação representava, como eu disse antes, enquanto possibilidade de inserção cidadã no Brasil. Isso permaneceu ao longo das décadas de 70 e 80.

Num contexto em que dispúnhamos de dados oficiais, dados do IBGE e pesquisas da PNAD mostravam de forma muito inequívoca não só uma defasagem ou um diferencial da escolaridade entre brancos e negros, mas davam todas as condições para que se pudesse aferir o quanto no Brasil ainda o retorno da aquisição de escolaridade era, e tem sido, diferenciado para brancos e negros.

Só para que tenhamos uma ideia, em alguns estudos que foram feitos em relação à questão do retorno da escolaridade, o Brasil aparece, entre os países da América Latina, como sendo aquele que mais remunera a aquisição de um ano a mais de escolaridade. No entanto, não conseguimos ainda verificar e comprovar isso dentro da população negra, dado, inclusive, o fato, que foi mais recentemente confirmado pelas PNADs que antecederam imediatamente esse censo, de que



quanto maior a escolaridade das pessoas negras, em comparação com trabalhadores brancos, o diferencial de remuneração tende sempre a ser mais acentuado.

Em cima de constatações dessa natureza é que o movimento negro, nos anos 70 e, principalmente, nos anos 80, desenvolveu uma mobilização significativa para tratar da questão da educação. O exemplo mais importante dessa fase foi a realização, em 1988, do 8º Encontro de Negros do Norte e Nordeste, que dedicou toda a sua pauta para tratar dessa questão. E já naquela época, quando ainda não se falava em ações afirmativas, como vemos hoje, já havia uma grande ênfase nesse encontro de propostas afirmativas, inclusive apontando naquele momento para a necessidade de se conceder às famílias negras nas camadas mais empobrecidas bolsas que permitissem a frequência à escola de seus filhos e filhas, antecipando, portanto, medidas que foram tomadas só muito mais tarde, como vimos nos últimos anos, a partir de condicionalidades que foram criadas pelo Programa Bolsa Família, para ficar apenas nesse exemplo.

Com base na observação empírica, e obviamente que ao citar esses exemplos eu estou fazendo um resumo daquilo que nos parece mais emblemático em cada período, costumo sempre afirmar que possivelmente não existe no Brasil nenhum outro movimento social que tenha feito um investimento tão profundo na questão da educação como fez e tem feito o movimento negro ao longo dos anos.

Só para vocês terem uma medida do que é esse investimento, no último Congresso Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, nós pudemos contar que das 23 Mesas Temáticas propostas — sendo que elas representam os momentos mais importantes desse encontro e desse Congresso — 17 Mesas eram dedicadas a tratar dos vários aspectos da educação na sua relação com o racismo ou, mais do que isso, com a possibilidade de construção de uma sociedade em que negros e brancos possam viver em condições de igualdade.

De todo — como disse — esse investimento, ao longo dos anos, existem e podem ser registrados resultados que consideramos extremamente importantes, e servem de base para as propostas que apresentamos para serem incorporadas a esse Plano Nacional de Educação.



Desde a inclusão da pluralidade cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos anos 90, mais tarde um pouco, com a modificação da Lei de Diretrizes e Bases — LDB pela Lei nº 10.639, de 2003, primeira lei sancionada no Governo do Presidente Lula, uma série de esforços foram despendidos, inclusive com o apoio do Conselho Nacional de Educação, que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Essas diretrizes orientam os sistemas de ensino na implementação da nova legislação e na construção de pedagogias de combate ao racismo.

Nessa cronologia é importante também destacarmos que na última Conferência Nacional de Educação, em 2010, o Movimento Negro Brasileiro teve uma intensa participação de educadoras negras, que apresentaram propostas nessa linha, apontada nas diretrizes do Conselho Nacional, e foram não apenas amplamente discutidas mas amplamente incorporadas ao documento final da conferência.

É importante também ressaltar nesse sentido, ao lado desses resultados que foram gerados, ao longo do tempo, o fato da resiliência dessas diferenças entre brancos e negros na educação.

Nós temos, ao longos dos últimos anos, um exemplo bem emblemático de como a consciência de que essas diferenças não desapareceram. Mesmo considerando diferentes conjunturas da economia brasileira, as possibilidades de inserção dos diferentes segmentos na sociedade, nós sempre mantivemos, ao longo do tempo, uma média de 2 anos de estudo de diferença entre brancos e negros.

Exatamente no contexto da III Conferência Mundial contra o Racismo, em 2001, trabalhando com essas informações desses diferencias, especialmente naquilo que se refere à educação superior, é que tivemos a oportunidade de constatar, de forma mais inequívoca, como ao longo do tempo o diferencial da participação negra e branca, no ensino superior, não se modificou no Brasil ao longo de diferentes gerações. E foi exatamente com base nessas constatações, naquele momento, que foi possível trazer à tona a discussão, o debate sobre as ações afirmativas no Brasil. E desse processo, inclusive, é que resultaram todas as



iniciativas de democratização de acesso ao ensino superior pela via de instituição de cotas, do instrumento das cotas, especialmente o das cotas raciais.

É importante também notar nesse sentido que a mesma tendência não se verificou do ponto de vista de trazer para o centro essa preocupação com a superação das desigualdades nos demais níveis de ensino. Tanto é assim como eu disse que essa diferença de uma média de 2 anos permanece até os dias atuais.

É importante também considerar que de todos esses marcos legais que foram sendo conseguidos ao longo do tempo, com base nessa luta permanente pela melhoria da educação, ou por uma educação mais inclusiva, resultou mais recentemente na aprovação da lei que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, um marco legal muito importante para orientar a formulação de políticas públicas.

Chamo a atenção para o Estatuto da Igualdade Racial, que está vigendo desde outubro de 2010. A existência desse estatuto terá que necessariamente modificar nossa postura como formuladores de política, na medida em que o estatuto traz uma série de definições que dizem respeito a vários âmbitos da vida social, inclusive ao âmbito da educação, e que colocam de forma muito explícita a necessidade ou a obrigatoriedade para que, de acordo com essa lei, nós passemos a constituir propostas de ação pública ou de ação governamental que tenham por base esses princípios da ação afirmativa e que tenham por objetivo a eliminação das desigualdades raciais no Brasil.

Só para vocês terem uma ideia da magnitude dessas desigualdades, o percentual de analfabetismo entre negros é mais do que o dobro do que o verificado entre os brancos — e essa é uma situação que, com todos os esforços que têm sido feitos, não se tem modificado fundamentalmente —, assim como existe entre os negros um percentual de 62% de crianças de 7 a 14 anos que não frequentam a escola no Brasil.

Os diferenciais, conforme já havíamos dito, ainda permanecem significativos do ponto de vista de quem frequentou a educação superior. Nós temos percentualmente mais do que o dobro de pessoas brancas que têm acesso a uma educação universitária comparativamente aos negros.



Nesse sentido, toda nossa discussão em relação ao PNE, toda nossa leitura do PNE foi perpassada por essa possibilidade ou por esse objetivo de superação das desigualdades raciais na educação.

O documento é bastante extenso, Deputados e Deputadas. Depois, obviamente, vamos deixar com todos os senhores e as senhoras uma cópia, para poder orientar essas discussões.

No geral, das propostas que foram por nós apresentadas, são dez de emenda ao corpo do projeto de lei e mais quarenta propostas de emendas ao anexo que trata das metas e das estratégias.

No corpo do projeto de lei, as principais sugestões propostas são feitas em relação, em primeiro lugar, a que se coloque a questão da igualdade racial e de gênero como uma diretriz do Plano Nacional de Educação.

Considerando todo o quadro traçado anteriormente, se levarmos em conta esse diagnóstico representativo, por um lado, o que tem sido os esforços da população negra organizada para modificar a educação, e se considerarmos, por outro lado, a resiliência das desigualdades, é preciso que seja diretriz do Plano a superação das desigualdades raciais e de gênero.

O segundo aspecto das propostas aqui apresentadas tem a ver com a universalização da educação e das relações etnicorraciais. Isso significa inserir explicitamente no Plano que o cumprimento das diretrizes curriculares nacionais, para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, terá que ser universalizado tanto na educação básica como na educação superior.

A universalização dessas diretrizes do nosso ponto de vista é um elemento chave, fundamental, a fim de que possamos recuperar para dentro da política educacional brasileira a dimensão da pessoa negra como um sujeito político, por um lado, e para que também recuperemos para dentro da política educacional a possibilidade de que, independentemente de pertencimento racial, todas e todos nós devemos saber e reconhecer o que existe de fundante naquilo que é representado na experiência histórica e na contribuição cultural dos negros na formação brasileira.

O terceiro aspecto, que consideramos importante e que nossas propostas contemplam, é como trabalhar com a questão dos indicadores. Que indicadores





serão capazes de nos dizer até que ponto nossa forma de operar com a educação a partir do Estado é efetivamente capaz de alterar essas desigualdades apontadas pelas estatísticas que mencionei antes.

Nesse sentido, é muito importante que fique evidenciado nesse Plano o papel que o INEP tem de empreender estudos que também levem em conta a superação dessas desigualdades, a desagregação dos dados produzidos — dados desagregados por raça e por sexo —, de maneira que possamos, ao longo do processo, saber exatamente como a educação impacta positiva ou negativamente os mecanismos de reprodução das desigualdades no Brasil.

Naquilo que se refere às metas e estratégias, não vou descer ao detalhe de todas as metas que foram abordadas nesse documento, mas, de um total de 20 metas, existem propostas para pelo menos oito delas. Em todas essas propostas, o que se pretende fundamentalmente é garantir que aquilo que o Plano traz sobre a questão da universalização do ensino fundamental da população possa efetivamente ser cumprido, para que não possamos mais uma vez reproduzir a situação que existe hoje, de uma universalização virtual; e que quando analisemos exatamente quem ou quais são os grupos que ficam fora da escola, tenhamos sempre a presença mais significativa das crianças negras e um percentual nada desprezível de crianças indígenas.

Outro aspecto muito importante dentro da definição das metas e estratégias do Plano tem a ver com a questão da educação profissional.

Estamos vivendo neste momento uma iniciativa e um grande esforço do Governo no sentido de dar centralidade à educação profissional, em muitos sentidos impulsionada por uma outra constatação: a escassez de mão de obra existente no Brasil, que se torna evidente em função de todas as demandas postas hoje para o desenvolvimento brasileiro.

Portanto, a educação profissional seria uma saída muito importante, para que pudéssemos incluir setores da população que se encontram fora desses espaços mais valorizados do mercado de trabalho no Brasil.

É extremamente importante frisar em relação à educação profissional e técnica de nível médio toda a construção que percebemos que tem sido feita quando se fala nessas questões de escassez de mão de obra.



Costumo lembrar, no contexto desses debates, que, em muito sentidos, essa escassez hoje percebida foi construída historicamente durante o tempo em que a sociedade e o Estado brasileiros insistiram que seria possível o Brasil se desenvolver deixando fora desse processo de desenvolvimento metade de sua população, a população negra, excluída, como vimos, historicamente das oportunidades educacionais e, conseqüentemente, das possibilidades de ocupação valorizada no mercado de trabalho.

Portanto, temos, hoje, um desafio extremamente importante para ser cumprido do ponto de vista dessa questão da educação de uma maneira geral, e da educação profissional, mais especificamente, que é a possibilidade de criarmos condições para que não se reproduza, do ponto de vista do resultado, o mesmo que aconteceu no Brasil no final do século XIX, início do século XX.

São obviamente dois momentos históricos muito diferenciados.

Naquele momento, existia no Brasil uma intelectualidade branca, que analisava como sendo de muita dificuldade as possibilidades de o Brasil desenvolver-se, sendo o País formado majoritariamente por negros.

E foi exatamente a associação entre uma grande população negra e a impossibilidade de desenvolver-se é que esteve na base das decisões do Estado brasileiro, naquele momento, o estímulo à imigração europeia para determinadas regiões do Brasil. Fato que resultou neste quadro que nós vemos hoje de exclusão das pessoas negras dos lugares mais valorizados.

No que isso se compara com este momento que estamos vivendo agora? Compara-se do ponto de vista dos resultados que podem ser criados a partir das decisões que nós, sociedade e Governo, tomarmos. Se essa oportunidade de desenvolvimento do Brasil não for utilizada para a inclusão da população negra, eu temo que nós negros tendamos a ficar fora de qualquer possibilidade de inserção cidadã para o resto da nossa vida.

A minha tendência é me estender demais sobre esse ponto, mas vou parar por aqui, porque é algo efetivamente que tem nos mobilizado muito fortemente na SEPPIR. Estamos agora com a vantagem de trabalhar e de analisar essas situações a partir de uma conjuntura extremamente privilegiada, porque estamos saindo de 8 anos de Governo que foram dedicados, ou marcados, em grande parte, por um



esforço de inclusão da população mais empobrecida. E percebemos hoje, com os resultados que já foram adiantados do senso de 2010, que, apesar desse esforço extraordinário, nós ainda permanecemos com desigualdades raciais extremamente profundas. Mas a vantagem é percebermos isso num momento em que ainda é possível fazer com que as nossas decisões revertam efetivamente esse quadro que foi historicamente se configurando na sociedade brasileira.

Então, em cima desse quadro mais geral em que estão plantadas as nossas propostas, esperamos possam ser acolhidas pelo Congresso Nacional e, antes disso, por esta Comissão Especial formada para discutir o PNE. Esperamos que o Plano seja capaz de refletir todos esses avanços conquistados ao longo dos anos, por um lado, e, por outro lado, seja capaz também de reverter o lado mais perverso dessa situação que as estatísticas nos mostram, na medida em que o Plano incorpore noções de políticas de ação afirmativa, a questão da educação quilombola, que já constitui hoje uma modalidade de ensino. E quanto à educação das relações étnico-raciais, consideramos que esse plano será capaz de, nessa próxima década, reverter o quadro de desigualdades raciais na sociedade brasileira.

Com isso, encerro minha intervenção, esperando que nós, da SEPPIR, possamos ter contribuído para esse debate, de algum modo. Nós, do Ministério, nos colocamos à disposição para contribuir de forma bastante efetiva com a Comissão, que poderá, a seu critério, lançar mão dos nossos técnicos, das nossas técnicas na SEPPIR, que têm trabalhado ao longo do tempo nessas questões. São pessoas que também participaram de muitos desses momentos que foram descritos aqui; pessoas que participaram no processo de elaboração de vários documentos de referência nos quais nos baseamos para esta apresentação.

Obrigada aos Parlamentares pela oportunidade. Passo às mãos do Relator uma cópia das propostas que trouxemos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Angelo Vanhoni) - Somos nós que agradecemos.

Antes de passar a direção dos trabalhos ao Deputado Gastão Vieira, anuncio a presença de estudantes do Colégio Bialik, de São Paulo, que estão visitando Brasília e a Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)



Passo a Presidência dos trabalhos ao Deputado Gastão Vieira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Senhoras e Senhores, boa tarde. Agradeço à Deputada Teresa Surita e ao nosso Relator Angelo Vanhoni pelo período que presidiram esta reunião. Daremos continuidade aos trabalhos.

Concedo a palavra à Sra. Ministra-Chefe da Secretaria de Políticas para Mulheres, Iriny Lopes, que falará por 40 minutos.

**A SRA. MINISTRA IRINY LOPES** - Boa tarde, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, companheiros de bancada. Estou lá, mas sou daqui. A qualquer hora posso retornar aqui. Cumprimento todos na pessoa do nosso Presidente Gastão Vieira e do nosso Relator Angelo Vanhoni. Cumprimento os representantes dos movimentos sociais presentes, estudantes, assessores dos Ministérios, da SEPPIR e da SPM. Cumprimento, carinhosamente, minha colega e companheira Ministra Luiza Bairros, que nos brindou com a exposição a respeito do Plano Nacional de Educação.

Agradeço aos senhores por estarmos aqui, nesta tarde, tendo condições de expor nossas opiniões sobre o PNE e trazermos nossa contribuição para o debate.

Nós não passaremos, Sr. Relator, às nossas proposições, como a SEPPIR conseguiu fazer, porque teremos um seminário específico para tratar do tema. A partir desse seminário, encaminharemos o conjunto das nossas opiniões.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Essa lâmina inicial retrata a amplitude da atuação da escola e da educação, mostrando a capacidade transformadora que ela tem, assim como o papel que ela cumpre, centralmente, na construção de novos valores que permitem superar as desigualdades hoje existentes, para construir relações igualitárias que possam perpassar a questão de gênero, de raça, de orientação sexual, de etnias e de outras tantas desigualdades. Isso apesar de reconhecermos e realçarmos os avanços que temos obtido nos últimos anos, tanto pelas políticas públicas implantadas no Brasil, notadamente nos dois Governos do Presidente Lula e, agora, no Governo da Presidenta Dilma, como pela evolução da organização social e política da sociedade brasileira.

Feito esse registro da importância da educação e também de que é necessário contextualizar que as nossas desigualdades ainda são grandes e que os



desafios de superá-las também o são, passamos a realçar as prioridades do Governo, que tem como centro estratégico — Deputado Lelo Coimbra, meu companheiro do Espírito Santo, uma abraço — a erradicação da pobreza.

Dentro da erradicação da pobreza, estamos construindo a autonomia econômica, política, social e cultural das mulheres e o papel da educação em todos os níveis, incluindo a educação infantil, por duas razões.

Primeiro, pela razão anterior que eu já havia mencionado: a necessidade de construirmos junto com as novas gerações também novos valores que venham carregados desse sentimento de superação das desigualdades.

Qualquer mudança para as mulheres, hoje, passa pela discussão, com bastante seriedade e com as decorrências materiais e concretas, das condições das crianças brasileiras, para que as mulheres que optaram por ser mães possam ter a tranquilidade e a certeza de que têm condições de buscar o seu lugar no desenvolvimento social e econômico, em especial, e de que terão a retaguarda do Estado para garantir que suas crianças não serão disputadas pela pedofilia, pelo crime organizado e pelo tráfico de drogas. Então, é uma dimensão muito grande que isso tem para a sociedade em geral e para as mulheres brasileiras, em especial.

Amanhã, a Presidenta Dilma estará lançando o Plano Nacional de Combate à Miséria e à Pobreza Extrema. Identificaremos ali a existência de 16,2 milhões de pessoas que ainda estão em situação de extrema pobreza no Brasil. Pelos dados, fica inequívoca a necessidade de alteração desse quadro e o papel que a educação pode cumprir na reversão dessas desigualdades: 70,8% são negras; 25,8% são analfabetas, com 15 anos ou mais; 25,5% dos brasileiros e brasileiras residentes no campo estão em situação de extrema pobreza; 59% estão na Região Nordeste; 50,9% têm até 19 anos de idade e 39,9% têm até 14 anos de idade.

Isso confirma a expressão que temos expressado ao longo dos debates realizados em todo o Brasil, isto é, de que os setores mais empobrecidos da nossa população têm gênero definido (são mulheres), têm raça (são negros e negras) e envolvem — aspecto que costumamos não deixar muito claro — principalmente jovens, crianças e adolescentes. Então, esse é o desafio que temos para enfrentar e superar.



Se temos uma população majoritariamente feminina no País e se temos uma presença tão acentuada das mulheres entre os mais pobres, também identificamos uma alteração da composição social.

O número de famílias chefiadas por mulheres cresceu 8 % entre 2001 e 2009, chegando agora a 35%, mas com particularidades que precisam ser entendidas, para que possamos dar a melhor solução aos desafios que nos estão colocados.

Famílias chefiadas por mulheres e famílias chefiadas por homens. Os senhores podem perceber a diferença entre os dois quadros. Nas famílias chefiadas por mulheres, 26,1 % formadas por casais e 49,3 % são monoparentais. Isso significa que são mulheres sozinhas que cuidam da sua autossobrevivência e a de filhos. Eu faço questão de deixar isso claro, porque tem repercussão social muito grande, com a presença, hoje, de uma novidade não tão boa para o nosso País e que não pode ser tratada do ponto de vista moral, pois é um problema social: a gravidez precoce, pois acaba recaindo sobre essa mulher que é chefe de família, cuidar também da terceira geração da sua família. Quando se fala em mulher-avó chefe de família, cabe dizer que não existe mais aquela vovó de cabelos brancos, de touca, fazendo tricô. Ela é uma mulher de 39, 40, 45 anos, que tem de trabalhar e de responder por essa realidade.

A diferença comparativa entre famílias chefiadas por mulheres e por homens está bem clara: 85 % de famílias chefiadas por homens são formadas por casais. Portanto, há o compartilhamento; em muitos casos, a transferência de determinadas responsabilidades é grande, porque o homem não está só para cuidar de toda a família. Só 3,3 % são monoparentais. Esse dado é muito significativo para a constituição de políticas públicas que superem essa realidade no País.

Na próxima lâmina, vamos ver outros dados que são promissores, mas que guardam profunda contradição com a realidade que o País ainda vive. A escolarização, no geral, aumentou, e aumentou significativamente para as mulheres em comparação com períodos não tão longínquos da nossa história.

As mulheres hoje alcançam, em média, 7,4 anos de estudos ao longo da vida, enquanto os homens alcançam 7 anos; 34,9 % das mulheres possuem 11 anos de estudos ou mais contra apenas 31% dos homens.



Essa lâmina aqui vai ficar um pouco prejudicada, “a exceção dos grupos 4 e 5”, porque na hora que o pessoal colocou tínhamos que ter acompanhado o gráfico que diz respeito ao grupo entre 4 e 5 anos de idade.

As mulheres que frequentam mais escola em todos os grupos etários analisados pelo IBGE estão entre a população de 18 a 24 anos — jovens.

Na universidade pós-graduação, as mulheres já representam 56,9 %.

As desigualdades, então, diminuíram, mas persistem as seguintes diferenças entre as mulheres: por classe social, conforme a raça e a etnia, se da área urbana ou rural, faixa etária e de acordo com a região.

Portanto, bem em acordo com as desigualdades históricas que marcaram o País e que não terão solução se a elas não for uma solução global e universal, conjugando esforços diferentes. Do ponto de vista de alterar comportamentos, criar novas culturas, substituir atuais valores por valores humanitários e igualitários, a educação cumpre papel insubstituível, até para a compreensão da própria realidade em que se vive e a condição de se fazerem comparações com outras regiões ou outras realidades.

As mulheres estão em maior número entre os analfabetos brasileiros. Dos 14 milhões e meio de analfabetos, com mais de 10 anos de idade, 7,4% são mulheres. Isso se deve, inclusive, ao fato de que a concentração de analfabetos e analfabetas está no grupo etário acima de 50 anos. Obviamente, a realidade vai confirmando o que já temos mais ou menos assentado sobre o conhecimento nacional. O maior número está entre as mulheres pobres, negras, indígenas, com a maior faixa etária e na área rural.

Nessa próxima lâmina é possível termos uma ideia do que estamos dizendo: as diferenças entre os mais ricos e os mais pobres. Aí nós vamos o quinto mais rico.

Este aqui é um mapa do analfabetismo de 15 anos ou mais, por categorias, selecionadas pelo IPEA em 2009.

Então, teríamos que ter também, para melhor compreensão, um outro dado que, infelizmente, não está aqui, mas dá para se ter uma ideia mais geral da questão geracional e da questão de região: se é urbano ou do meio rural e a questão de raça. Então, vemos a imensa diferença que há entre determinados grupos populacionais, étnicos e de gênero no País.



Isso nos leva a uma realidade também que precisa ser alterada e em que, de novo, a educação cumprirá um papel insubstituível. Embora tenhamos visto que o tempo de escolaridade delas é mais amplo hoje do que o dos homens, há uma “seletividade” oriunda da cultura e do tratamento desigual e das oportunidades desiguais que existem entre homens e mulheres e do tipo de formação e educação que temos, que reproduzem essa cultura de tratar de maneira desigual quem não deveria ser tratado de maneira desigual. Isso se reproduz na família e na escola.

E aqui vemos que as mulheres, mais por orientação dessa cultura na família e na escola, vão ficando fora dos espaços e, vamos dizer, dos cursos que lhes podem conduzir a profissões que discutam mais o mundo público do desenvolvimento e as restringem ainda a papel de cuidadoras, que foi o que historicamente coube às mulheres. Portanto, mesmo indo à universidade, tenta se reproduzir a ideia de que as mulheres constituem naturalmente, na sociedade, um grupo ao qual está destinado o papel de cuidadoras — serviço social, pedagogia, enfermagem, com baixa participação em informática, em engenharia, em física, em matemática.

Este quadro demonstra que, mesmo o seu número tendo se ampliado numericamente, a participação estratégica das mulheres na sociedade continua submetido a uma lógica de papel secundarizado, no sentido da restrição ao mundo privado, portanto, a profissões que caracterizam quase que a reprodução, em algum sentido, do que lhes compete no espaço doméstico.

Semana que vem estaremos em Genebra discutindo os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras domésticas. Isso é só para termos uma ideia do quanto ainda existe de mulheres — ou direcionadas ou por falta de opções — que ocupam trabalhos domésticos no Brasil. Vemos a quantidade de mulheres que estão nesse mercado — trabalho majoritariamente informal, sem reconhecimento e cumprimento de direitos — em comparação com a presença masculina.

Vamos ver também, no próximo quadro, que, mesmo crescendo numericamente no acesso à educação, do ponto de vista da reversão das nossas condições objetivas do emprego formal, remunerado, a diferença salarial entre homens e mulheres permanece quase inamovível na última década. Quase. Vemos aqui que, de 1990 a 2008, o nosso avanço em níveis salariais. É muito pequena a





mobilidade de ganhos salariais das mulheres nesse período comparativamente ao crescimento da sua escolarização.

Temos informações retiradas de recente estudo realizado pelo IPEA, um instituto de credibilidade, que orienta a análise que fazemos dessa questão, até para amparar e justificar as propostas que apresentaremos — já apresentamos aqui e, posteriormente, vamos confirmar, depois da realização do nosso seminário.

Aqui temos um quadro da educação infantil pela população, pelas vagas em creche, parcial e integral; total de vagas, repercussão percentual da população com cobertura e impacto sobre o conjunto da população brasileira.

Volto a recorrer ao que havia dito anteriormente, a importância disso para que as mulheres tenham efetivamente condições de disputa em igualdade no mundo do trabalho.

Vemos aqui dados sobre a educação infantil, especificamente com relação às creches, o número de vagas disponíveis, a quem atendem, de zero a quatro anos, nas diversas regiões do País. Vemos a diferença de atendimento e demanda entre as diversas regiões, mesmo que, ao final, cheguemos à conclusão de que atendimento — portanto, a repercussão sobre o conjunto das mulheres — ainda está muito aquém da demanda efetiva do País. Dez por cento é muito baixo, é muito baixo.

Aqui estão as diretrizes do projeto. Não vou repeti-las, porque são de amplo conhecimento.

Daqui para a frente, começam as nossas considerações sobre os conteúdos e o que consideramos indispensável contemplar no Plano Nacional de Educação.

Em primeiro lugar, assegurarmos a educação e os direitos humanos e a eliminação de preconceitos e discriminações que são a base de sustentação dessa desigualdade que encontramos hoje entre homens e mulheres, raças, nas diferenças entre as diversas regiões, na orientação sexual e em tudo que caracteriza as desigualdades.

Garantir o ensino público gratuito, universal e laico, assim como a aprendizagem efetiva na direção de uma educação mais democrática, equitativa e de qualidade.



Assegurar a expansão, incorporando a diversidade em suas múltiplas dimensões, em toda a sua complexidade, tornando a escola um espaço de respeito, reconhecimento e valorização das pessoas.

Reconhecer a existência de valores comuns e de semelhanças entre indivíduos e grupos, mas, simultaneamente, considerar suas particularidades e singularidades.

Garantir que as diferenças não sejam transformadas em desigualdades pela discriminação.

Desconstruir preconceitos e representações sociais naturalizantes, estereotipadas e opressoras, que invisibilizam negros, indígenas, mulheres, identidades de gênero, orientações sexuais e diferentes condições físicas.

Nas Metas 1, 2 e 3, assegurar conteúdos relativos às relações de gênero, étnico-raciais e de orientações sexuais nas diretrizes curriculares nacionais e da educação básica.

Na formação de profissionais da educação básica (Meta 15), assegurar conteúdos relativos às relações de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual na formação inicial e continuada dos profissionais da educação básica. Isso representa uma diferença sensível. Repito sempre esse exemplo, porque, apesar de toda a experiência de militância e de ação parlamentar que temos ao longo dos anos, nos passa despercebido um conjunto de questões. E este ano eu tive a oportunidade de ter sido chamada a atenção pela Dra. Suely Druck, que coordena as Olimpíadas da Matemática, que nos forneceu um dado sintomático. Nas idades mais tenras e nas primeiras etapas das Olimpíadas, a participação de meninos e meninas de 6 a 8 anos é bem mais equilibrada. À medida que os anos vão se passando, a presença das meninas vai se reduzindo, como se as ciências exatas não fossem um espaço também para meninas. E essa alteração não está nas meninas, mas na orientação e no direcionamento das famílias e das escolas.

Formar professores com essa compreensão, bem como dispor do programa de gênero e diversidade do Ministério da Educação são essenciais para mudarmos essa orientação ao longo do tempo e para que a escola esteja efetivamente a serviço de uma nova formação no País, a fim de que não seja um lugar onde se aprende exclusivamente português e matemática, mas onde as crianças também



podem aprender posicionamentos e cultura na sociedade, contemplando um olhar sobre a diversidade e uma nova postura, uma nova cultura.

Daí decorre que esses conteúdos devem constar nas diretrizes curriculares, bem como deve haver o envolvimento de professores e de outros profissionais da educação com esse olhar, nos três níveis de educação: infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Na formação de funcionários (Meta 18), acrescentar a estratégia de que as temáticas de gênero, étnico-raciais e de orientação sexual devem estar presentes nos cursos de formação continuada dos funcionários de escolas nas áreas de administração escolar, multimeios e manutenção da infra-estrutura escolar, alimentação e outros.

Critérios relativos às questões de gênero, étnico-raciais e orientação sexual nos livros didáticos seguem a lógica que compreendemos — portanto, é a repercussão, na questão nos livros didáticos, da mesma concepção.

Reafirmar no art. 2º a laicidade do Estado, porque esse também é um pilar para a garantia da superação das desigualdades. A difusão dos princípios da equidade, da laicidade do Estado, do respeito à diversidade e da gestão democrática da educação é indispensável a essa diversidade e aos diversos pensamentos que permeiam uma sociedade e um país democrático.

Universalização do atendimento na educação infantil (Meta 1).

Avançar no sentido da universalização da educação infantil, até 2020, tanto para as crianças de 4 a 5 anos como para as de zero a três.

Assegurar a qualidade do atendimento na educação infantil. Na estratégia 1.4, acrescentar a necessidade de critérios de qualidade para que as creches possam receber certificado de entidade beneficente de assistência social na educação, assegurando a gratuidade da matrícula.

Garantir estratégia de atendimento aos filhos e filhas de estudantes e de trabalhadores e trabalhadoras que atuam em período diferenciado.

Na Meta 1, acrescentar estratégia: fomentar a expansão de creches nas instituições públicas de ensino superior voltadas para o atendimento dos estudantes na comunidade escolar; expandir o horário de atendimento dos estabelecimentos de educação infantil voltados para o atendimento de trabalhadores(as) que atuam em



período noturno ou de frequentadores e frequentadoras do programa Educação de Jovens e Adultos.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA** - Ministra Iriny, interessa-me aquela questão da certificação, porque eu não consegui acompanhar.

**A SRA. MINISTRA IRINY LOPES** - Um minutinho, Sr. Deputado. Deixe-me voltar. *(Pausa.)* Leu? Ficou claro?

Necessidade de políticas afirmativas que propiciem a ampliação da participação das mulheres nos cursos de educação profissional técnica.

Na Meta 3, acrescentar estratégia: estimular a participação das adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

Nas estratégias 11.1 e 11.2, expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio nas instituições, acrescentando: assegurando-se que 50% das vagas sejam destinadas às mulheres; assegurar a permanência das adolescentes na escola.

Na estratégia 3.9, implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação étnico-racial e por orientação sexual ou identidade de gênero.

Erradicação do analfabetismo. Estratégia 9.2: implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, promovendo-se a busca ativa dos grupos mais atingidos, incluindo mulheres negras, indígenas, do campo e com mais de 50 anos.

Projetos de extensão universitária. Estratégia 12.7: assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, estimulando-se a implementação de projetos de atendimento à mulher; promover a conclusão do ensino superior pelas mulheres negras”.

Estratégia 12.9: ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei.

Na mesma linha, acrescentar: estratégias que promovam a permanência de mulheres negras, indígenas e rurais no ensino superior; produção científica em torno das temáticas de gênero étnico-racial e de orientação sexual;



Estratégia 13.5: elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade de modo que realizem efetivamente pesquisa institucionalizada na forma de programas de pós-graduação *stricto sensu*, estimulando-se a produção acerca das temáticas de gênero, étnico-racial e de orientação sexual; participação das mulheres no campo das ciências.

Na Meta 14, acrescentar estratégia: estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular naqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e em outros campos da ciência.

Valorização das profissionais e dos profissionais da educação. Quase a totalidade dos profissionais da educação infantil e mais de 80% dos profissionais de educação básica são mulheres. Levar essa questão em consideração.

É fundamental a atualização progressiva do piso salarial profissional nacional, a implementação dos planos de carreira e a garantia de adequadas condições de trabalho.

Por fim, uma questão que parece simples, mas que para nós tem grande relevância: a adequação da linguagem no texto da lei. Na nossa sociedade, é comum o uso do masculino genérico para expressar ideias, sentimentos e referências a outras pessoas. Entretanto, a linguagem, como sistema de significação, não é neutra e seu uso, principalmente em textos que tratam de direitos, esconde desigualdade de gênero. No projeto, é predominante o uso da forma masculino de linguagem, e é fundamental o uso da linguagem inclusiva, que faça referência a homens e mulheres.

Então, aqui estão as nossas opiniões e nossa contribuição inicial.

Estamos à disposição da Comissão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Sra. Ministra.

Antes de anunciarmos a lista dos inscritos para o debate, quero comunicar que a Deputada Alice Portugal fez encaminhar a esta Presidência uma justificativa para sua ausência — ela foi a autora do requerimento que convidou a Ministra Iriny Lopes. A Deputado Alice Portugal está em Foz do Iguaçu, numa missão tão



complexa quanto importante: o encontro dos policiais rodoviários federais que ocorre neste exato momento naquela cidade.

Portanto, ao dar conhecimento da justificativa da Deputada Alice Portugal, nós a aceitamos plenamente.

O primeiro inscrito é a Deputada Fátima Bezerra; em seguida, os Deputados Artur Bruno, Paulo Rubem Santiago e Edson Santos. Vamos fazer um bloco de quatro, começando pela Deputada Fátima Bezerra.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Pois não, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Antes de passar a palavra à Deputada Fátima Bezerra, quero solicitar às Ministras Iriny Lopes e Luiza Helena que deixem cópia das sugestões de modificação de texto, de diretrizes e estratégias e metas, tanto para o projeto quanto para o Anexo, para que possamos passá-las à nossa assessoria.

Agora, na sexta-feira, encerra-se o prazo para a apresentação de emendas. Sugeri à Ministra Iriny, que trata das questões de gênero, que Deputados que militam nessa área, independentemente de pertencerem à Comissão, subscrevam emendas. É importante entregar as sugestões ao Relator, mas é muito mais importante ainda consolidá-las numa emenda desse ou daquele Deputado, porque objetivamente ficam sendo consideradas a partir de já.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Concordo plenamente.

Lembro ao Plenário — e tenho dito sempre em que há oportunidade — que vamos ter dois momentos de emendas: este, cujo prazo se encerra agora, e o próximo, quando V.Exa. entregar o seu parecer, ocasião em que se reabre prazo quase idêntico para a apresentação de emendas.

Então, mais à frente, teremos novas oportunidades de emenda, mas a sugestão de V.Exa. está acolhida, e Secretária vai colocar, em nossa página na Internet, toda a documentação, gráficos, informações que aqui foram usados.

Portanto, com a palavra a nobre Deputada Fátima Bezerra.

**A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA** - Sr. Presidente, quero dar o meu boa-tarde a todos e a todas e rapidamente cumprimentar as companheiras Ministras Luiza e Iriny. Fiquei muito orgulhosa pela brilhante exposição que fizeram. Aliás,



estava comentando com a Deputada Professora Dorinha que a reunião de hoje foi uma aula de história, inclusive história da educação. V.Exas. fizeram uma exposição muito qualificada, trazendo para todos nós toda a trajetória histórica que infelizmente se configura ainda como de muita exclusão, seja no que diz respeito à questão da comunidade negra, seja no que se refere à questão das mulheres. Os dados falam por si. Tanto a Ministra Iriny quanto a Ministra Luiza disseram que a pobreza existente no mundo e em nosso País, infelizmente, ainda tem cor e tem sexo.

A audiência pública de hoje, Deputado Gastão Vieira, veio em boa hora, porque inclusive amanhã a primeira mulher Presidenta deste País estará lançando um projeto muito importante: o Brasil sem Miséria. Falar sobre o projeto Brasil sem Miséria significa falar sobre educação, significa falara acerca dos importantes projetos sobre educação que tramitam no Congresso Nacional, especialmente o Projeto de Lei nº 8.035, que institui o novo Plano Nacional de Educação. Não é pouca coisa: trata-se de um Plano que vai orientar os rumos da educação brasileira pelos próximos 10 anos.

Assim como os demais membros da Comissão Especial, tenho me dedicado a essa discussão. Nos debates Brasil afora de que tenho participado, tenho destacado que, no conjunto de diretrizes do PNE, é muito importante salientarmos a meta que trata do déficit de escolarização no País, que atinge uma camada muito importante da nossa sociedade, as crianças de zero a três anos. Tenho lembrado também da meta que trata da valorização dos profissionais de educação. Claro que é necessário que eles tenham salário, carreira e formação adequada. Tenho destacado a meta que trata da gestão democrática, assim como a que trata do financiamento, porque não adianta termos um bom Plano se não tivermos financiamento adequado.

Estou fazendo essa breve retrospectiva, Ministras, para destacar a Meta 3, que trata da superação das desigualdades educacionais, e a Meta 10, que trata da difusão dos princípios de equidade e do respeito à diversidade. Tenho dito que a Meta 10, que trata da diversidade e da inclusão social, é uma das que considero inovadores do projeto do Plano Nacional de Educação. Por quê? Porque tanto no campo da superação das desigualdades educacionais como no campo da diretriz que trata da difusão dos principais da equidade e do respeito à diversidade é que



temos, Ministra Iriny e Ministra Luiza, de fazer sugestões muito concretas como as que V.Exas. estão fazendo.

Quero inclusive, desde já, dizer que vou, sim, subscrever essa emenda, porque a Meta 3, no projeto original, fala apenas de superação das desigualdades educacionais. Vejam o que diz a emenda que elas estão propondo: “(...) *superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero, de orientação sexual e identidade de gênero*”. Perfeito. É importante, necessário, ao tratarmos de diretrizes, importante capítulo do projeto, não deixarmos apenas a superação das desigualdades regionais, mas entramos no detalhamento.

Isso V.Exas. fazem também na diretriz que trata dos princípios da equidade, quando propõem que se acrescente o enfrentamento à discriminação racial de gênero, de orientação sexual etc.

E aqui quero, na verdade, reforçar o que V.Exas. tão bem já apresentaram. A partir dessas modificações que propõem nas diretrizes e metas do projeto, vamos tratar de incorporar ao Plano Nacional de Educação as políticas de ação afirmativa que vêm nessa direção da superação das desigualdades. E V.Exas. pontuaram muito bem quando chamaram a atenção para os conteúdos curriculares, quando V.Exas. chamaram a atenção para a preparação, para a formação dos profissionais da educação.

Esse é o grande desafio que temos, porque a escola é um chão sagrado, a escola reproduz, infelizmente, o grau de preconceito, de discriminação, de opressão que ainda existe na sociedade.

Assistimos, na semana passada, a um debate que nos deixou muito tristes: o debate acerca exatamente do projeto Escola sem Homofobia. De repente, determinados setores que nem conhecem o projeto distorceram-no: não é mais Escola sem Homofobia; é o *kit anti-gay*.

Estamos assistindo agora ao debate, por exemplo, acerca dos livros didáticos. Eu respeito, mas lamento que determinados setores que sequer leram o livro *Por uma vida melhor*, da professora Helena, de repente se arvorem em condená-lo.





Estou mencionando rapidamente esses dois aspectos porque eles têm a ver com o debate que estamos fazendo hoje sobre igualdade racial e igualdade de gênero.

Ministra Luiza, a escola não pode mais fechar os olhos, não pode mais ficar calada, não pode mais ficar muda. Ela tem que dialogar com essas diversidades, e o Plano Nacional de Educação, uma vez aprovado, incorporando essas propostas, será um instrumento poderoso para superar essas distorções históricas, eivadas de preconceito, de discriminação e de opressão que existem na sociedade e que, infelizmente, são levadas ainda para a escola.

Os profissionais de educação precisam inclusive ser preparados. Muitas vezes, eles querem discutir essa temática, mas falta-lhes capacitação, a formação adequada para lidarem com essas realidades e com essas diversidades.

Quero dizer que vamos também subscrever, com muita alegria, essas propostas que vocês estão trazendo. Elas realmente têm muito conteúdo, muita consistência.

Hoje, Deputado Gastão, ao tratarmos deste tema — PNE, igualdade racial e igualdade de gênero —, mais do que nunca cabe a nós afirmar que o PNE e, portanto, a educação são instrumentos muito estratégicos para irmos em busca da construção da paz, da sociedade, do respeito a todos. E estamos lutando aqui exatamente por isto, por uma educação republicana laica e inclusiva, que não discrimine, não oprima e, enfim, não exclua nenhum segmento da sociedade.

Parabéns! Aprendi muito hoje com vocês duas aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, nobre Deputada Fátima Bezerra.

Antes de passar a palavra ao próximo inscrito, o nosso eminente Deputado Artur Bruno, quero dividir com todos, principalmente com V.Exa., o ofício encaminhado a esta Comissão pela Secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que conclui, dizendo:

*“Incumbiu-me o Sr. Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos de, em nome do Conselho, manifestar o interesse de realizar seminário conjunto com*



*a Câmara dos Deputados para debater a proposta do PNE.”*

Estávamos perseguindo essa meta há bastante tempo. E, dentro do Conselho, será uma oportunidade única de o Governo, como um todo, manifestar a sua posição com relação à proposta que estamos discutindo.

Portanto, eu queria fazer referência a esse ofício. Estamos respondendo positivamente ao Sr. Ministro. Falta acertarmos os detalhes para que essa reunião extra do Conselho seja feita e tenha como pauta exclusivamente uma discussão sobre o PNE.

Deputado Artur Bruno, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO** - Deputado Gastão, primeiro, quero parabenizá-lo por essa iniciativa, agora com sucesso, de realizarmos esse seminário com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. V.Exa. tem razão: é preciso que todo o Governo Dilma esteja mobilizado em todas as áreas, em todos os Ministérios, para influenciar, debater e melhorar o Plano Nacional de Educação.

Também fico muito feliz com a presença das nossas duas Ministras. As mulheres são 51% da população brasileira. A Presidenta Dilma fez um grande esforço para aumentar o percentual de mulheres no Ministério, e agora vimos que esse esforço teve muito sucesso. Pena que esse percentual é muito pequeno. Espero que em um próximo governo, de Dilma ou de outro, tenhamos mais mulheres no Ministério. O brilhantismo das nossas Ministras revelou hoje a importância da presença feminina em qualquer governo.

Também fiquei muito feliz com a ação prática das Ministras de trazer emendas, propostas para o Plano Nacional de Educação. Quem dera, todos os Ministérios também fizessem essas propostas.

Tenho uma pergunta específica para a Ministra Luiza. Gostei muito do seu pronunciamento, da sua exposição, e pergunto a respeito da lei. Primeiro, tivemos a Lei nº 10.639, de 2003; depois, a Lei nº 11.645, de 2008, aprovadas por esta Casa. Eu ainda era Deputado Estadual — mas sou professor de História e de Geografia. Portanto, vivi muito esse debate, no Parlamento estadual e nas salas de aula, vibrei com as leis, e por isso faço este questionamento.



Houve uma modificação por parte dessas leis — elas alteravam a LDB no art. 26 —, sobre a necessidade de termos, no currículo de História, a História da África. Tenho andado pelas escolas, pelo menos no Estado do Ceará, onde conheço muitas delas, públicas e privadas — está aqui a meu lado o Deputado José Linhares, que também é um grande educador —, e não estamos vendo esses livros, esses currículos modificados.

A visão que a nossa juventude ainda tem dos africanos é uma visão estereotipada, dos pobres escravos que foram libertados pela Princesa Isabel, alguns dos quais se rebelaram e formaram os quilombos, etc. É uma visão muito limitada da cultura africana, que é riquíssima e que teve um reflexo muito grande na sociedade brasileira, na história do nosso desenvolvimento econômico, social e cultural.

Então, pergunto: o que efetivamente podemos dizer de positivo? o que está sendo feito? a Secretaria tem acompanhado? o que podemos trazer de boa notícia hoje aqui, ou futuramente, para que a lei seja cumprida?

Acho que isso seria fundamental para a diminuição do preconceito, para uma visão mais igualitária, enfim, para a superação de todos esses problemas de racismo que já tivemos e que ainda temos em nosso País.

Ministra Iriny, veja que situação: as mulheres são maioria no ensino superior e no ensino básico — presença das mulheres nas escolas. Mas observamos que elas chegam a receber em nosso País, no máximo, em média, 70% da remuneração dos homens. Ao mesmo tempo, vimos hoje, em um dado revelado pela Ministra, algo que, em parte, explica isso.

As mulheres chefiam famílias, até mesmo, e em muitos casos, sozinhas. Porque, mesmo quando elas têm maridos ou companheiros em casa, são elas que também chefiam, na maioria dos lares. É pela experiência no Ceará que percebemos isso — não é, Zé Linhares? Mas apenas 10% das crianças em idade de creche estão presentes nesses estabelecimentos. Portanto, muitas dessas mulheres, ou a maioria delas, ficam em casa, tomando conta dos filhos, porque estes efetivamente não têm onde ficar.

Sabemos que a Presidenta Dilma tem o ousado projeto de construção de 5 mil creches, salvo engano. Como a Secretaria está vendo isso? Acha que essa



proposta é suficiente? Enfim, o que podemos perceber para o futuro? O que a Secretaria vem fazendo para que possamos aumentar esse número? Porque acho essa quantidade ainda diminuta para a necessidade.

A própria meta do PNE, a nossa meta, é de chegar a 50% em 2020. Quer dizer, vamos esperar 10 anos para que 50% dessas crianças em idade de creche estejam efetivamente estudando nessas creches.

Então, gostaria de ouvir um pouco a respeito disso.

No pré-escolar, acho que avançamos. Até 2016, teremos crianças de 4 a 5 anos já fazendo a pré-escola. Esse foi um grande avanço, por meio de uma emenda constitucional aprovada pelo Congresso. Mas, em termos de creche, o objetivo ainda é muito limitado. Gostaria de ouvir um pouco sobre essa questão, já parabenizando as Ministras pelo belo e importante depoimento, que enriqueceu muito o debate nesta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O próximo inscrito é o nobre Deputado Paulo Rubem Santiago. S.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, Deputado Gastão Vieira, cumprimento V.Exa., assim como saúdo as Sras. Ministras Luiza Helena de Bairros, da SEPPIR, e a Deputada e companheira Iriny Lopes, da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Aproveito, de antemão, Sr. Presidente, a presença das duas Ministras para solicitar a V.Exa. e também à Deputada Fátima Bezerra que emprestemos, desde já, a nossa solidariedade e o nosso apoio a uma outra Ministra que não está aqui, a Ministra e Deputada Maria do Rosário, que já presidiu esta Comissão, frente à situação que se coloca agora no tocante à proteção e à segurança das lideranças que estão sofrendo ameaças de morte por participarem da luta pela reforma agrária, da luta por assentamentos, pelo Brasil afora.

Hoje o nosso Governo sinaliza que ainda não temos condições adequadas para garantir a elas sua proteção e segurança. Das quase 210 lideranças apresentadas pela CPT ao Governo, 45 já foram assassinadas, e as demais estão em uma situação similar. Dadas as condições atuais, teríamos que fazer uma seleção de quem será protegido e de quem provavelmente vai morrer.



Então, queremos mobilizar a Comissão de Educação, mobilizar esta Comissão Especial, mobilizar estes mandatos para dialogar com a área econômica do Governo, a fim de imediato disponibilizarmos os meios, os fundos, as condições para que o Brasil não inicie uma jornada de seleção de quem vive e de quem morre por participar da luta pela reforma agrária.

Hoje, o jornal *O Globo* externa essa preocupação da Ministra Maria do Rosário, cujo Ministério, embora seja parte específica, é perfeitamente interligado à SEPPIR e à Secretaria de Políticas para as Mulheres, como secretarias irmãs gêmeas na promoção dos direitos da mulher e da população negra, na promoção dos direitos humanos.

Queria, portanto, fazer esta manifestação, apelar para o Sr. Deputado Gastão Vieira e para a Sra. Deputada Fátima Bezerra a fim de somarmos nossos mandatos e nosso empenho na direção dessa medida.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, fiquei muito feliz com esta audiência, porque me recordo de ter defendido uma visão transversal. Foi nossa proposta inicial fazer um painel de um dia com todos os Ministérios que têm interface com a concretização do Plano Nacional de Educação.

Repetirei aqui o argumento que defendi naquela ocasião.

Ao mesmo tempo em que construímos o Plano Nacional de Educação passaremos pela concretização do Estatuto da Igualdade Racial, pelo Segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, pelos 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, pelo Plano Nacional da Juventude, pelo Plano Nacional de Cultura e pela terceira edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos. Então, não nos faltam planos; talvez nos falte na estrutura federativa a concreta integração, tanto das instituições federais quanto das instituições estaduais, com os órgãos de Estado e dos Municípios.

Temos acompanhado quotidianamente a concretização das metas de políticas para as mulheres e para a igualdade racial nos PPAs e nas LDOs. É impressionante que somos uma República Federativa que vai completar 122 anos, e em muitos Estados e Municípios as estruturas não dialogam para a promoção da igualdade racial, para a política de promoção dos direitos das mulheres, promoção dos direitos humanos. Então, teremos de trabalhar, além das propostas de



emendas, uma visão clara acerca de como funcionarão, para a concretização dessas emendas, os sistemas de gestão.

Por isso, tenho me dedicado a olhar, no projeto de lei do Plano Nacional de Educação, de um lado, ao capítulo do financiamento, e, de outro lado, ao sistema de gestão.

Temos a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Ministério da Saúde. O Brasil consolidou a redução da mortalidade infantil no tempo de 1 a 5 anos, mas os últimos indicadores mostram que dobramos a mortalidade de 0 a 28 dias de nascido, o que revela a precariedade da atenção à saúde materno-infantil, da rede de partos em maternidade, da maior parte das cidades brasileiras.

Temos, publicado pelo IPEA. Na última semana, tivemos a presença do Dr. Jorge Abraão, que, por coincidência, além de falar sobre financiamento, foi responsável pelo capítulo sobre educação do *Boletim 19*, sobre políticas sociais do IPEA. Lá apresentam-nos números gravíssimos da “desescolarização”, sobretudo da população negra, em especial da população que vive no campo.

Outro, o *Comunicado nº 91*, publicado pelo IPEA, que trata especificamente da violência e dos homicídios na população negra, mostra a situação de calamidade pública diante dos indicadores hoje de violência e de homicídios contra jovens negros com idade entre 15 e 17 anos.

Então, há um conjunto de políticas que, ou funcionam sinergicamente como uma orquestra regida por um mesmo maestro, ou vamos começar a atirar para todos os lados.

Sabemos que grande parte da insuficiência verificada na execução do PNE 2001-2010... Volto a esta tecla porque não podemos pensar em um novo PNE 2011-2020, sem antes colocar o dedo na ferida, no porquê de não concretizarmos o PNE 2001-2010. Então, temos de partir do que foi feito para “visibilizarmos” o que é possível fazer.

Muitas das políticas socioeducacionais que vão atingir os setores mais frágeis da não escolarização, da exposição à violência, da desigualdade de renda para o acesso à escola têm de ser feitos com a ampliação do financiamento.

Estou convencido, a cada dia, quando ouvimos aqui os especialistas, as instituições, os diagnósticos, de que o Brasil tem de virar uma página cinzenta e



ácida da sua história, que foi o descaso com a educação como direito social, o descaso da educação como fator de promoção da igualdade.

Algumas causas, Sr. Presidente, não vencemos ainda. O Prof. Jorge Abraão atribui, entre outras razões, à escravidão e ao modelo econômico agroexportador das monoculturas como sendo fatores primordiais de termos, ainda em 2011, esses péssimos indicadores de atendimento à educação entre a população negra, jovens negros, a população do meio rural.

Então, mais do que novas proposições de emendas, que não deixam de ser importantes porque detalham, porque focam os setores mais desfavorecidos, será importante a convergência, a sinergia. Temos nos Municípios e nos Estados conselhos de educação, conselhos municipais da criança e do adolescente, as coordenações, as secretarias de promoção de políticas para as mulheres, coordenações ou secretárias de promoção da igualdade racial. Mas, muitas vezes, esses órgãos de governo atuam de maneira desafinada.

Aprovamos em 2007, na LDO, a construção de um anexo de metas sociais para monitorarmos todas essas metas renovadamente propostas aqui. O Ministério do Planejamento orientou o Presidente Lula, e S.Exa. vetou da LDO de 2007, a implantação do anexo de metas sociais. Vamos emendar agora o PPA no segundo semestre, para que não haja contingenciamento.

A Ministra e Deputada Iriny Lopes até piscou o olho ao ouvir falar em contingenciamento e orçamento. Estamos diante de dois Ministérios com toda a potencialidade que o País reclama, mas com orçamentos extremamente precários.

Sr. Presidente, teremos de aprovar não só duas ou três emendas, ou quatro ou cinco emendas de maior visibilidade; teremos de aprovar uma regência. Vamos ter aprovar uma sinfonia, com um conjunto de metas pautadas pela meta do financiamento, pela meta do pleno funcionamento do sistema nacional de gestão e de transversalidade.

Eu, assim como muitos Deputados desta Comissão, sou convidado a discutir o PNE e percebo que, se lá há um conselho municipal de educação, não há estrutura na administração municipal para políticas das mulheres, da igualdade racial; e, quando há, não se dialoga com conselho municipal da criança e do adolescente ou com conselhos tutelares. Aliás, os conselheiros tutelares não



recebidos não são bem recebidos em Câmara Municipal porque há Vereadores que não gostam de conselho de tutela, ou há Vereadores que querem mandar em conselheiro tutelar; enfim, há uma desafinação completa.

Então, que tenhamos como foco a transversalidade, o primado da ampliação do financiamento e da construção do sistema nacional de gestão democrática da educação, para que todas as políticas convirjam nos mesmos prazos, nas mesmas metas e possamos não só fazer um texto novo, como novo PNE, porque algumas questões já estavam no PNE velho, mas que o texto seja acompanhado de novas estruturas e de novo aporte de recursos.

Este é o pleito que pretendia compartilhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - O próximo inscrito é o Sr. Deputado Edson Santos.

**O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS** Primeiro, parabeno o Sr. Deputado Gastão Vieira pela audiência que nos dá condição de tratar de dois temas de grande relevo para o Brasil. Está na Mesa a representação da maioria de mulheres, que são mais de 50% da nossa população. Os negros também são mais de 50% da população brasileira. No entanto, continuamos a ser tratados como minorias no Brasil.

Cumprimento também a nossa colega, a Sra. Deputada Iriny Lopes. Quero desejar a S.Exa. êxito pleno no desenvolvimento de sua função, que é um grande desafio, e para a qual foi colocada pela Presidenta Dilma.

Cumprimento ainda minha colega, companheira de luta, Luiza Bairros. Na mesma medida, quero lhe desejar êxito, sucesso, e que efetivamente S.Exa. tenha condição de levar ao fim... Fim no sentido de chegar à ponta, às políticas construídas no âmbito da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, que visa fazer com que a sociedade brasileira seja uma sociedade que ofereça oportunidade e condições de afirmação para a população negra.

É um prazer estar aqui com as senhoras!

Acho que este debate, este tema, faz parte do grande desafio do Brasil. Vivemos hoje um momento virtuoso da nossa economia. Apesar de todas as dificuldades que se colocam em nosso cotidiano, o Brasil tem sido referência no mundo no âmbito da construção de uma política econômica e de uma política social





que vem melhorando as condições de vida do nosso povo e incorporando na chamada classe C expressivos segmentos que viviam em situação de exclusão. Foram 30 milhões de brasileiros que ascenderam à classe C durante os 8 anos do Governo do Presidente Lula.

A Presidenta Dilma tem a tarefa de dar continuidade a isso. E um dos grandes desafios que temos é exatamente a questão da infraestrutura do Brasil — para dar sustentabilidade, por um lado, a esses investimentos que o Brasil vem recebendo, e, por outro lado, para termos capital humano para dar também sustentabilidade a esse processo de crescimento.

Há algumas semanas, chamou-me a atenção uma comissão da comunidade econômica europeia que veio ao Brasil, notadamente de franceses. E, dentre as ofertas que nos fizeram, está exatamente a de mão de obra qualificada, que lá está sobrando e que eles poderiam trazer, mandar para o Brasil, a fim de suprir a nossa carência existente, dados os investimentos vultosos que vêm ocorrendo no Brasil.

Então, acho que o tema do Plano Nacional de Educação caminha paralelo a essa caminhada do Brasil. Teremos êxito na construção de uma sociedade mais igual em nosso País se o nosso povo continuar tendo um acesso à educação que não condiz com a necessidade da população e também do Estado brasileiro.

Portanto, acho importantíssima essa discussão do Plano Nacional de Educação.

Em relação à questão étnico-racial, acho que ela é, ao lado da questão de gênero, um desafio para o Brasil. O Brasil foi construído pelas mãos de negros que aqui chegaram, escravizados, da África. E durante o processo da abolição da escravidão houve um grande debate sobre o tratamento que o Estado brasileiro daria à população negra. Chegou-se a pensar, inclusive, a exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos, em escolas de negros com professores negros para as crianças negras. Talvez, se isso tivesse sido consumado, nós viveríamos experiências de segregação no Brasil, a exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos e em outros países do mundo.

Mas o fato de isso não ter ocorrido não quer dizer que a perversidade foi menor. O que se verifica é exatamente a não oferta desse direito à população negra desde o final do século XIX até grande parte do século XX, quando estivemos



desprovidos de um direito que o Estado brasileiro deveria assegurar a todo cidadão, em especial à população negra, dada a sua contribuição.

Portanto, creio que, no Plano Nacional de Educação, nós não poderemos estar à margem disso e não poderemos tratar esse tema de forma superficial.

Por isso vejo com muito bons olhos a contribuição que a Ministra Luiza Bairros encaminha a esta Casa para o Plano Nacional de Educação. E eu me vejo aqui na tarefa de apadrinhar individual ou solitariamente esse tema, essas emendas. Vou assumir a responsabilidade de consultar os Deputados que puderem subscrever a emenda, independentemente da etnia de cada um deles: negro, branco, amarelo... O importante é voltar a cabeça para a superação das necessidades do Brasil em relação ao quadro cruel de tratamento discriminatório que sofre a população negra no Brasil.

No que se refere à questão do conteúdo, fiquei feliz pelo fato de o Governo ter inaugurado a Universidade Federal da Integração Luso-Afro-Brasileira em Redenção, no Ceará, que trata da história da África. Essa universidade trata de brasileiros e vai acolher africanos no País, a fim de qualificá-los para ajudar no processo de desenvolvimento de seus países.

Quero fazer um reparo, já que estamos à frente de duas grandes representantes do Governo da Presidente Dilma Rousseff, quanto à falta de convite ao Poder Legislativo. Creio que fizemos o trabalho a quatro mãos. Na época em que se discutia a legislação da universidade em Redenção, eu estava na condição de Ministro e acompanhei a contribuição que os Srs. e as Sras. Parlamentares ofereceram a este tema. Infelizmente, talvez por descuido, aquela universidade foi inaugurada sem a presença do Legislativo. E seria motivo de muito orgulho para nós estarmos ali presentes.

Creio, Sr. Presidente, que as questões estão colocadas no Plano Nacional de Educação. A grande preocupação que tenho é quanto ao conteúdo, voltado para a História do Brasil. Deveria ser registrado o papel que o Continente Africano teve na formação do Estado brasileiro, assim como o papel que os brasileiros desempenharam no Continente Africano, nem sempre louvável.

Portugal, por exemplo, teve no passado, em Angola, uma colônia devido à luta de brasileiros que saíram de Pernambuco para defender a colônia portuguesa



em Angola — os mesmos brasileiros que participaram da resistência à invasão holandesa no Brasil.

Trata-se de fatos que passam ao largo da historiografia oficial do Brasil. É importante resgatar isso para que o brasileiro, independentemente da cor da pele, tenha elevada a sua autoestima.

Há alguns anos, foi realizado o Centenário da Imigração Japonesa, um momento muito belo. Eu tive a oportunidade, junto da então Ministra Dilma Rousseff, de participar como representante do Brasil na solenidade que ocorreu no Japão, em reverência ao centenário. No bojo do evento, presenciamos experiências de crianças de origem japonesa que sabiam de onde vinham e onde estão seus familiares, fato que não ocorre hoje em dia com os negros no Brasil, cujos laços com o Continente africano foram efetivamente ceifados ao longo do período da escravidão, tendo em vista a forma como aqui chegamos.

Portanto, é grande o desafio que se apresenta a todos nós.

Esperamos, Ministra Luiza de Bairros, poder contar com a adesão de um conjunto expressivo de Parlamentares para subscrever a emenda que nos foi apresentada pela SEPPIR, porque esta questão não diz respeito apenas aos negros brasileiros; este é um desafio para toda a sociedade brasileira, para termos elevada a autoestima do nosso povo, o orgulho de sermos brasileiros e noção do nível de contribuição que cada segmento deu para a formação do Estado brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Muito obrigado, Deputado Edson Santos. Seja sempre bem-vindo a esta Comissão!

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, última oradora inscrita.

**A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE** - Sr. Presidente, gostaria de reforçar o que a Deputada Fátima Bezerra mencionou a respeito da exposição, algo que eu achei extremamente interessante, principalmente pelo fato de os dois Ministérios terem trazido uma proposta e um histórico que nos ajudam bastante e nos provocam, porque muita coisa parece tão normal, que nós acabamos não atentando para o que está registrado.



É preciso fazer referência ao que o Deputado Paulo Rubem Santiago coloca quanto à dificuldade de integração que ainda temos, dificuldade de trabalharmos juntos, na união. No próprio Ministério da Educação algumas questões aparentemente passam despercebidas, e a mesma coisa se repete nos Estados e Municípios. Então há a necessidade cada vez maior de trabalharmos de forma integrada, de termos um olhar mais aberto, mais participativo. Acho inclusive que muitos pontos levantados já poderiam estar incorporados à própria proposta.

Eu gostaria de destacar a necessidade de ampliar nas duas áreas a produção de material e a formação de professores. Se não conseguirmos despertar e informar nossos professores com uma visão mais completa, mais aberta, vamos reproduzir sempre o preconceito, o olhar excludente do próprio professor em sala de aula, desde a criança até o jovem na universidade.

Eu também gostaria de fazer, na minha opinião, uma provocação para as duas Ministras, com relação à questão indígena. Entendo que essa questão precisa ser tratada também nas duas áreas. Em relação à questão indígena da mulher, o véu da cultura nos leva a ignorar o que acontece com as mulheres nos povos indígenas, onde é extrema a situação de discriminação, de exclusão e de violência contra a mulher. A educação indígena, dentro do Plano Nacional, também deve ser considerada do ponto de vista racial. Estou solicitando, juntamente com o Deputado Ságuas, uma audiência pública para discutirmos a questão indígena, que considero uma área em que temos avançado muito pouco, para o fortalecimento dos povos indígenas e do tratamento público para com esses povos.

Em relação às cotas, tanto as populações negras quanto as indígenas têm sinalizado um espaço dentro das universidades, mas não há ainda condição de permanência nas cidades e mesmo de frequência nos cursos dentro das universidades.

Essas são questões que podemos tratar de maneira mais integrada.

Mas eu gostaria muito de fazer um apelo com relação à questão indígena. Hoje, a FUNAI está muito fragilizada quanto ao tratamento específico dos povos indígenas. Então, apelo aos dois Ministérios no sentido de terem um olhar focado sobre os índios.



Eu também gostaria de reforçar a preocupação com o campo e com os assentamentos em áreas quilombolas. Já avançamos, mas no campo ainda há grande exclusão. As escolas são de péssima qualidade; há ausência de um currículo específico. Acho que podemos, tanto na área da mulher, como na da igualdade racial, ter um olhar bem focado em relação à questão indígena e ao campo.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Vou passar a palavra à Ministra, que poderá responder àquelas perguntas que considerar pertinentes.

S.Exa. tem a palavra.

**A SRA. MINISTRA IRINY LOPES** - Muito obrigada, Deputado Gastão.

Estou com uma dificuldade de agenda. Gostaria de permanecer por mais tempo, mas, infelizmente, tenho um compromisso.

Antes de fazer um comentário sobre as questões que foram colocadas, eu quero aproveitar para fazer um pouco de propaganda. Hoje nós lançamos o 7º Concurso de Redações, Artigos Científicos e Projetos Pedagógicos sobre o tema "Construindo a igualdade de gênero no Brasil". Já estamos na sétima edição, e a cada ano tem crescido o número de inscrições de artigos nesse concurso. Estamos estimulando as pessoas, a nossa juventude em especial, a escrever sobre o tema "igualdade de gênero no Brasil". Portanto, quero lembrar que as inscrições estão abertas a partir de hoje até o dia 16 de setembro; quem quiser, pode visitar a nossa página eletrônica, enviar a sua redação e participar. Essa é uma maneira concreta e objetiva de externar a opinião e de estimular o debate. É assim que construímos igualdade no País.

Agradeço as palavras elogiosas e respeitadas com relação ao nosso trabalho — ao meu e ao da Luiza Helena de Bairros — e ao esforço que temos feito, à frente das nossas Pastas, no sentido de, dentro do nosso tempo, darmos nossa contribuição decisiva para que possamos superar as condições de desigualdade que ainda vivemos hoje.

É impressionante que, com tantos avanços tecnológicos, tanta riqueza acumulada e produzida no mundo todo, ainda tenhamos que conviver com posturas de discriminação tão medievais, como vemos pelo Brasil e pelo mundo afora, praticadas contra mulheres, negros e indígenas.



Então, colocamo-nos à disposição para permanecer dentro deste debate, porque, quanto às propostas que aqui apresentamos, assim o fizemos porque temos convicção de que elas tenham papel transformador, através da educação. E isso é muito importante para que possamos superar o patamar em que nos encontramos hoje e galgarmos mais uma etapa, caminhando no rumo da igualdade de condições, da igualdade de oportunidades, da igualdade de tratamento a todos os que são tratados hoje de maneira desigual — e aqui com ênfase na questão de gênero, que é minha responsabilidade produzir junto ao Governo e na relação com o Parlamento e com a sociedade.

Deputado Artur Bruno, quando V.Exa. aborda que, talvez, nossas metas ainda não sejam tão ambiciosas para que nos deem condições de superar, no quesito creches, as necessidades do País. Em parte V.Exa. tem razão. Não podemos trabalhar com metas, das quais não possamos prestar contas dentro do nosso tempo.

Então, queremos superar as metas apresentadas. A Presidenta Dilma Rousseff tem um compromisso com a sociedade brasileira de construção e ampliação de 6 mil creches, em 4 anos. Neste primeiro ano, ou seja, há poucos dias, a Presidenta já teve condições de assinar convênios com quase 800 Prefeituras no País, buscando cumprir os compromissos que S.Exa. estabeleceu na campanha.

Mas temos que abordar essa questão das creches não só como uma responsabilidade pública; esse tipo de equipamento é de responsabilidade do Estado. O Estado vai trabalhar, o Governo trabalhará para o cumprimento dessas metas. Esta Casa, por exemplo, pode contribuir muito para reduzir o déficit que temos na questão de creches. Por quê? Porque também temos que avançar no sentido de que as empresas cumpram seu papel social.

Temos aqui o Projeto nº 6.653, que trata da igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho. Está pronto, para se votar, um substitutivo construído a muitas mãos. E nós lamentamos que ele não entre em votação. E não trata exclusivamente disso, porque, entre as questões que o Projeto nº 6.653 trata, está a responsabilidade na construção de creches para atender a mulheres trabalhadoras dessa ou aquela empresa. É a contrapartida social. Porque, dificilmente aliás, não existe empresa instalada neste País que sobreviva



exclusivamente de seus investimentos. Ela, em parte, beneficia-se dos investimentos públicos, seja na questão de transporte, na logística de transporte, de energia, de água, no tratamento da questão dos impostos, etc. Então, assim, essa é uma contrapartida mais do que justa.

Nas parcerias que estabelecemos com os demais entes federados, temos apresentado essa questão das creches como um dos equipamentos mais importantes para o acolhimento e segurança do tratamento adequado e digno dos direitos das crianças, mas também como instrumento de garantir direitos de pais e mães, em especial de mães, para seu crescimento e acesso ao mercado de trabalho. Ou seja, aproveitamento do tempo em que ela pode dispor para estudar, se qualificar, trabalhar, e, inclusive, cuidar de si própria — já que também não há como negar que, por mais que avancemos, ainda há a jornada dupla ou tripla pelas mulheres, enquanto que os homens têm jornada única.

Então, essas questões dizem respeito a nós, do Poder Executivo, mas dizem respeito a todos nós, incluindo sociedade, Legislativo, entes federados nos diversos níveis.

Quanto ao que a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende abordou, observamos, na questão indígena e na questão do campo, que o conjunto das nossas proposições aqui apresentadas não deixou de considerar, contemplar e mostrar que, para tratarmos da questão das diferenças entre mulheres e homens e do papel da educação, não se pode restringir aos centros urbanos. Temos que chegar ao âmbito rural, à trabalhadora do campo, quanto à responsabilidade que temos, as mulheres em geral — e não exclusivamente as que estão trabalhando remuneradamente, porque trabalhar todas as mulheres trabalham muito; não é pouco.

Sei que precisamos respeitar as diversidades culturais, desde que elas não atentem contra direitos. Temos que ter coragem de conversar isso com franqueza no Brasil como no mundo todo. Então, de todas as discriminações contra as mulheres, é provável que consigamos comprovar que as mulheres indígenas são as mais atingidas. E eu conheço de perto essa realidade. Acompanhamos isso e buscamos contemplar o tema nas propostas que apresentamos.



Gostaria de comentar vários assuntos apresentados pelo Deputado Paulo Rubem Santiago, mas, como não tenho tempo nem condições para isso, vou me ater a um deles. O projeto, que também foi objeto do compromisso da Presidenta Dilma Rousseff com o Brasil, no período da sua eleição, foi no sentido de admitir que precisamos fazer investimentos na área da saúde da mulher, em especial, na questão do enfrentamento à redução da mortalidade materna. Então, o Projeto Rede Cegonha, que foi instituído recentemente, no final do mês de março, e que está em processo de articulação e implantação no Brasil todo, vem exatamente para enfrentar essa questão da redução da mortalidade materna e da mortalidade infantil, inclusive humanizando o tratamento, qualificando os profissionais da área — porque esse também é um dado que nos chama atenção e para o qual queremos soluções rápidas com resultados eficientes.

Então, penso que, das questões que aqui me foram diretamente levantadas, esses são os comentários que gostaria de fazer, pedindo licença e desculpa a todos e a todas, ao Presidente desta sessão, à minha colega e companheira Luiza Helena de Bairros. Efetivamente, hoje estamos com parceria: o lançamento de um filme que trata sobre violência praticada contra as mulheres no Brasil. Ainda estamos diante do quadro de 4 vítimas a cada 2 minutos. Então, estamos falando de um contingente enorme da população brasileira. E eu tenho agora uma reunião exatamente com os produtores do filme que vamos exibir hoje à noite — depois, podemos passar à Mesa as informações sobre local e horário. Todos estão convidados para ali assistir ao filme *Amor?* Notem que é uma interrogação. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Obrigado, Ministra. Sinta-se à vontade. Muito obrigado pela participação.

Ministra Luiza Bairros, já estavam encerradas as inscrições, mas o Deputado Márcio Marinho deseja falar. A senhora se importa que ele faça a pergunta?

**A SRA. MINISTRA LUIZA HELENA DE BAIRROS** - Em absoluto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Márcio Marinho, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MARINHO** - Sr. Presidente, Deputado Gastão Vieira; ilustre Sra. Ministra Luiza Bairros, do meu Estado da Bahia, a quem digo que





é um prazer vê-la compondo essa Mesa. É um orgulho para nós, principalmente para o afro-descendente, vê-la nos representando à frente da Secretaria Especial.

A minha manifestação vem um pouco fora de tempo. Eu estava recebendo o Embaixador Leovigildo, de Angola, na Liderança do meu partido. Por isso cheguei atrasado. Eu o conduzi, com uma delegação de Parlamentares de Angola, até o plenário da Casa.

O que eu desejo dizer é que também vou subscrever, com muita honra, essa proposta de emenda ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, que V.Exa. nos apresenta hoje.

Mas quero também fazer uma indagação. Ouvi diversos alunos cotistas do nosso Estado que foram beneficiados, o que para nós foi uma grande vitória. Temos observado, contudo, uma grande dificuldade desses alunos relacionada à locomoção de suas residências até a faculdade. Refiro-me à condução, mas também à alimentação. Gostaria de saber se, nessa proposta de emenda, existe algo referente a que esses alunos tenham condição de desenvolver realmente aquilo que eles querem e tanto lutaram para conquistar, que é estudar com tranqüilidade, ter acesso ao local de ensino. Há vários alunos, principalmente cotistas, que acabam tendo dificuldade de locomoção e de alimentação. Às vezes saem de casa e vão a pé para a faculdade. Isso, de certo modo, acaba atrapalhando psicologicamente esses alunos, porque chegam cansados, desvalidos, na verdade, às universidades.

Indago, portanto, se existe alguma proposta para dar condições de condução e alimentação a esse grupo que é beneficiado com as cotas.

Vou esperar atentamente pela resposta.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Ministra, sinta-se à vontade para responder as perguntas e fazer as suas considerações finais.

**A SRA. MINISTRA LUIZA HELENA DE BAIROS** - Primeiro, quero agradecer aos Deputados e Deputadas os comentários, que de certa forma reforçam aquilo que buscamos apresentar nesta Mesa.

Queria me referir ao que foi levantado pelo Deputado Artur Bruno no que diz respeito à modificação da LDB pela Lei nº 10.639, de 2003, e também pela Lei nº 11.645, de 2008, que trata da questão indígena.



Nós fizemos questão de apresentar como proposta de emenda ao PNE algo que se relaciona com a universalização da adoção das diretrizes para a educação sobre as relações étnico-raciais. Apresentamos essa proposta de universalizar a diretriz no ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior exatamente por entender que isso é fundamental para que consigamos obter melhores resultados na implementação dessa LDB modificada.

Nós não podemos dizer que não existe implementação da lei no Brasil, mas trabalhamos com uma dificuldade, que é a seguinte: existem milhares de escolas espalhadas pelo Brasil que trabalham com essa perspectiva da incorporação desses conteúdos da história e da cultura africana e afro-brasileira aos currículos, mas a grande tônica em todo o País ainda é algo que acaba sendo resultante da vontade das professoras e de alguns professores — vou falar usando o feminino porque sempre é uma maioria de mulheres. Por conta da vontade das professoras, por aquilo que elas entendem ser importante para trabalhar com a lei, isso acaba sendo feito. São experiências, como eu disse, que resultam ou de um compromisso individual dessas profissionais ou da iniciativa da direção de determinadas escolas.

O nosso registro é mais baixo exatamente quanto à adesão a essa mudança pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Quer dizer, existe um baixíssimo processo de institucionalização da lei, que eu acho que tem base em vários processos, em várias dimensões, inclusive naquelas citadas pelo Deputado Paulo Rubem, que têm a ver com essa falta de diálogo entre as estruturas, e também por conta de uma característica embutida na própria forma como se dá e como se realiza a política educacional no Brasil, que opera com um nível de descentralização e, quase que conseqüentemente, de autonomia dos entes federados para operar com certas determinações. Isso faz com que cheguemos a esta condição absurda: consegue-se fazer com que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional incorpore uma modificação como resultado de mudanças sociais efetivas que aconteceram, e não existe, por outro lado, instrumento que faça com que essa lei que dirige a educação nacional seja efetivamente cumprida por quem tem a obrigação de oferecer a educação, tanto a educação pública quanto a educação privada.



Acho que o grande problema é a baixa institucionalização. Nós precisamos ainda realizar um segundo esforço no sentido de fazer com que as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação encarem isso como algo que tem a ver com o seu próprio papel. Agora, nas discussões recentes que temos feito, nas avaliações que fazemos inclusive de todos os subsídios que já foram criados para facilitar, para mostrar como se implementa, mesmo assim o quadro não muda, ou muda muito lentamente. Isso nos faz novamente cair num espaço de interpretação dessa dificuldade ou dessa lentidão, que nos leva a pensar como, na verdade, aquilo que o racismo provoca de impossibilidade que se percebe a sociedade do jeito que ela é ainda exerce um papel muito grande na nossa sociedade.

Na medida em que se deixa de reconhecer o racismo como algo que provoca hierarquias na sociedade, como algo que estrutura, de algum modo, as relações sociais, se não se compartilha dessa compreensão, haverá obviamente uma dificuldade muito maior de implementar, de fazer valer essas propostas que emergiram na sociedade nas últimas décadas, em função da atuação dos movimentos sociais, e por aí vai.

Naquilo que respeita a questão do acesso e da permanência de negros especialmente no ensino superior, existem sim propostas nossas, que são emendas modificativas no PNE. É exatamente essa possibilidade, como eu tinha falado na apresentação inicial, de se incorporar, ao repertório de iniciativas a que o PNE induz, esse princípio das ações afirmativas como algo fundamental para que se possa superar qualquer tipo de desigualdade, seja ela racial, seja ela de gênero, inclusive as ações afirmativas pensadas no nível da assistência estudantil, que é uma das propostas que trazemos na meta de número 12 do PNE.

No mais, quero reafirmar o meu agradecimento pelo convite para aqui estar, reforçar o que foi dito pelo Deputado Vanhoni e também pelo Deputado Edson Santos e dizer da nossa disposição de dialogar com todos os Deputados e Deputadas que queiram ser nossos parceiros no sentido de apresentar formalmente essas propostas de emenda nesta Comissão Especial.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos. (*Palmas.*)



**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO** - Sr. Presidente, quero fazer uma consulta e um comunicado. Consulto V.Exa. se pode nos confirmar se houve alguma dilatação de prazo ou quando se conclui o prazo para a apresentação das emendas. Estamos sendo demandados por várias instituições, parceiros dialógicos em defesa do Plano.

Quanto ao comunicado, digo que vamos abrir, na próxima terça-feira, dentro dessa discussão sobre o financiamento da educação, uma primeira conversa na sala da Comissão de Educação após a sessão de terça-feira à tarde, portanto, a partir das 16 horas, para que comecemos a especular, no bom sentido, fontes de financiamento, a fim de que possamos atingir o financiamento de acordo com as metas que foram aqui discutidas na quarta-feira.

Na quarta-feira passada, houve a audiência sobre financiamento, mas ela se debruçou sobre custo das metas e de onde vamos tirar recursos. Na próxima terça, por sugestão da nossa Consultoria, vamos, após a sessão, às 16 horas, subir para a sala da Comissão a fim de começarmos a especular sobre a discussão das fontes desse financiamento. Há necessidade de aprofundarmos a discussão sobre o percentual do Fundo Social do Pré-Sal, de prováveis transferências da própria carga tributária, de prováveis alterações na alíquota desse ou daquele imposto, tendo como pano de fundo o financiamento da educação.

Comunico, portanto, Sras. e Srs. Deputados, sobre essa nossa disponibilidade, junto com a Consultoria. Na terça-feira que vem, às 16 horas, logo após a sessão, subiríamos e começaríamos a fazer um desenho de possíveis fontes, até para que pudéssemos consultar especialistas que também estão analisando essa matéria.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Deputado Vanhoni, V.Exa. está de acordo com essa comunicação do Deputado Paulo Rubem?

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - A assessoria já tinha me comunicado a respeito disso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Eu também estou plenamente de acordo. Não vamos negar porque estamos...

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - Aliás, é até uma sugestão. Com o desenvolvimento das discussões, podemos evoluir para uma audiência pública somente sobre fontes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Isso. Sem problema nenhum.

Deputado Paulo Rubem, V.Exa. faz um questionamento. Independentemente de estarmos aqui, neste momento, com mais assessores do que Deputados, temos duas sessões ainda, quanto ao prazo. Estamos, contudo, vivendo uma crise na Casa. Hoje, portanto, não há sessão, praticamente não há pauta. Ninguém pode afirmar que haverá amanhã, quinta-feira, muito menos sexta-feira, o que levaria o prazo para apresentação de emendas para a próxima semana. Até as coisas encontrarem um caminho natural, eu acredito que esse prazo entra na semana que vem. Completaremos as duas sessões de plenário somente na próxima semana, o que vai propiciar um prazo ainda razoável para apresentação de emendas.

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - V.Exa. sabe que já são quase 600 emendas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - Há mais de 600 emendas.

Depois vem uma fase, repito, exclusiva dos membros da Comissão, que diz respeito às emendas ao substitutivo do Relator. Nesse caso, somente os Deputados membros da Comissão poderão apresentar emendas. Mas acho que...

Deputado Angelo, V.Exa. veio de azul, de gravata azul, e bem barbeado hoje, para saldar as 600 emendas, eu imagino. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI** - E calça roxa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gastão Vieira) - E calça roxa, para esconder o luto pelo quantitativo. *(Risos.)*

Acho que vamos chegar a um ponto comum. Estamos na hora de começar um trabalho de separação das coisas. Acredito que essa crise no plenário, agravada pela aprovação, hoje pela manhã, na Comissão de Agricultura, do requerimento de convocação do Ministro Palocci, vai gerar certo *frisson* até semana que vem.



Ministra, quero agradecer bastante a V.Exa. pela presença. Sua participação foi extremamente esclarecedora. E há algo que nos encanta mais: a sua total disponibilidade em permanecer conosco até que o último Parlamentar manifestasse a sua pergunta e recebesse de V.Exa. a resposta.

Eu estava ouvindo V.Exa. falar. Eu sou maranhense. Lá no Maranhão nós fizemos a única revolução anárquica do Brasil, a Balaiada. Eram três líderes que não se falavam, e o mais importante deles era um negro, o Negro Cosme, que, além de distribuir título de barão, andava numa liteira carregado por outros escravos. Esse homem organizou a primeira escola para 200 crianças negras na região onde se deu o grande conflito. Embora tenha sido completamente apagado por Zumbi, que teve muito mais repercussão no Brasil, Negro Cosme é uma figura extraordinariamente importante nessa luta pela educação.

Claro, todos nós estamos unidos nessa luta histórica.

Tenho absoluta certeza de que essa contribuição vai ser muito bem observada, sentida e pesada pelo nosso Relator e por todos os membros da Comissão.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.